

AS RELAÇÕES ESPECIAIS ESTADOS UNIDOS-ISRAEL E A GUERRA DE YOM KIPPUR A CONSTRUÇÃO DE UM LASTRO SEGURO DE DISCORDÂNCIA

Bárbara Motta | Bruno Campos | Débora Lemos

INTRODUÇÃO

Estados Unidos e Israel são duas nações cuja estreita associação perdura há mais de setenta anos. Todavia, apesar dessa relação ser descrita comumente como amistosa e os dois países serem até mesmo classificados como tradicionais aliados internacionais, há uma série de fatores que nos revelam nuances ao longo desse processo histórico. Ainda que tais inflexões sejam consideradas e apresentadas pela literatura, percebemos que o período específico da Guerra de Yom Kippur (1973) é usualmente visto como uniforme, de modo que os descompassos entre Estados Unidos e Israel durante e após o conflito não são devidamente esmiuçados. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é trazer o debate das relações especiais Estados Unidos-Israel para a situação concreta da Guerra de Yom Kippur, utilizando os documentos desclassificados em 2003 sobre o auxílio dos Estados Unidos a Israel durante o conflito. O caso de Yom Kippur nos serve, então, como ilustração dessa dinâmica presente nas relações especiais em que, longe de serem homogêneas e lineares, muitas vezes são marcadas por momentos de discordância e renegociação.

O artigo será dividido em duas partes. Em um primeiro momento, faremos um resgate da literatura que aborda a construção histórica das relações especiais Estados Unidos-Israel com o intuito de apresentar como essa relação

RESUMO

O Estado de Israel acumulou uma ampla história de aliança diplomática com os Estados Unidos, naquilo que a literatura denomina de «relações especiais», marcada por apoio político, militar e econômico, mas pouco se fala sobre esta relação durante a Guerra de Yom Kippur. Este artigo visa apresentar alguns elementos para suprir essa lacuna, avançando dois argumentos: (i) que Yom Kippur é importante para evidenciar que as relações especiais não são irrestritas e (ii) que é justamente aí que se constituem algumas balizas para um espaço de discordância possível e não prejudicial. O artigo conduz uma análise dos documentos diplomáticos desclassificados pela National Security Archives, em 2003, reconstituindo posicionamentos de Israel e dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Estados Unidos, Israel, relações especiais, Guerra de Yom Kippur.

ABSTRACT

THE SPECIAL RELATIONS
US-ISRAEL AND
YOM KIPPUR WAR



The State of Israel has built a strong diplomatic alliance with the United States, embodying what the literature calls a 'special relationship', marked by political, military, and economic support, but little is said about this relationship during the Yom Kippur War. This article presents some elements that can fill this gap, thus advancing two arguments: (i) Yom Kippur is an important event to show that this special relationship is not unrestricted, (ii) it is precisely during Yom Kippur that both countries established some boundaries for a space of possible and non-prejudicial disagreement. The article analyzes the diplomatic documents declassified by the National Security Archives, in 2003, reconstituting both positions of Israel and the U.S.

Keywords: United States, Israel, special relationship, Yom Kippur War.

de uma aliança militar, tal relação é ainda assim compreendida por ambos como relativamente sólida e estável. Ela se assentaria, segundo o autor, em uma «parceria única e inigualável, com altos níveis de amizade, confiança e cooperação política e militar»², em que o reconhecimento compartilhado não viria apenas das relações intergovernamentais, mas também de uma aproximação entre as duas sociedades. Nesse sentido, a durabilidade destas relações especiais garantiria a Israel auxílio militar, econômico e apoio político, enquanto favoreceria o avanço dos interesses norte-americanos na conturbada região do Oriente Médio.

Não obstante, a caracterização das bases que sustentam essa relação especial não é unânime na literatura. Seguindo a classificação de Kochavi³, enquanto para alguns autores⁴ a principal base de sustentação das relações Estados Unidos-Israel se deu pelas vias estratégico-militares – identificada sobretudo no período da Administração Nixon (1969-1974) em razão do auxílio norte-americano para equacionar as instabilidades regionais de Israel –, outro segmento da literatura⁵ enfatiza os fatores ideacionais, ao apontar que a aproximação entre os países se sustenta justamente pelo compartilhamento de valores democráticos e de uma origem comum judaico-cristã. Há, ainda, aqueles⁶ que identificam as relações especiais como oriundas da recorrente intervenção de grupos de interesse e de um lóbi de Israel no âmbito doméstico norte-americano. Sob a lente dos componentes ideacionais, Samuel Lewis⁷ explora as complexidades e particularidades da relação entre Estados Unidos e Israel defendendo que a questão basilar dessa relação se localiza na consolidação de certos elementos da psiquê coletiva norte-americana, que foram estabelecidas no pós-Segunda Guerra Mundial. Para além

é por ela caracterizada e como Yom Kippur se insere neste debate. Na segunda seção, analisaremos mais detalhadamente os documentos das tratativas entre Estados Unidos e Israel no contexto da Guerra de Yom Kippur com o objetivo de inserir o conflito como momento fundamental na consolidação das relações especiais. Como argumentamos, a reconstrução do posicionamento dos atores e a identificação pelas partes dos limites de discordância possível e não prejudicial de suas relações é um componente fundamental para compreender por que a literatura especializada compreende os anos subsequentes como um momento de aprofundamento das relações especiais.

AS RELAÇÕES ESPECIAIS E O EVENTO DE YOM KIPPUR

De acordo com Bar-Siman-Tov¹, embora as relações especiais entre Estados Unidos e Israel nunca tenham sido explicitamente formalizadas pelos dois países, seja no formato de um acordo de defesa mútua ou da construção

disso, o autor argumenta que a relação estratégica entre Estados Unidos e Israel começou a ser desenhada na década de 1970 e, ainda que marcada por períodos turbulentos e deliberadamente obscuros cujas especificidades e elementos explicativos não são apresentados em sua análise, é a partir deste momento que a relação entre os dois países inicia um processo de constante consolidação e aprofundamento. Apesar de identificar Yom Kippur como um evento que levou os dois governos à intimidade diplomática e ao estreitamento de seus vínculos, o autor não aprofunda os motivos que o levam a esta conclusão.

Ainda que em uma perspectiva temporal distinta da apresentada por Lewis, Ben-Zvi⁸ também compreende a psiquê coletiva norte-americana como um elemento importante para a construção de seu modelo analítico. De acordo com Ben-Zvi, há marcos temporais importantes e definidores da parceria entre Estados Unidos e Israel que não incluem Yom Kippur, sejam eles momentos de questionamentos ou de consolidação. Sobre os anos 1970, o autor apenas nos afirma que nos governos pós-Eisenhower houve uma tendência geral em que «o cenário das relações Estados Unidos e Israel ocasionalmente ficava cheio de tensões e divisão, transformando momentaneamente o que era essencialmente um consenso em algo ambíguo»⁹.

No contexto concreto das relações Estados Unidos-Israel, Ben-Zvi considera essencial analisar as práticas específicas de dissuasão e diplomacia coercitiva, através das quais os Estados Unidos influenciaram as percepções e os valores israelenses. Em vários casos específicos, entre 1953 e 1991, os objetivos norte-americanos – aproximar-se do petróleo dos países árabes, afastar a influência soviética e moldar a geopolítica no Oriente Médio em prol de seus interesses, aparentemente impossíveis promover – tornaram-se cada vez mais factíveis. Além disso, o autor ainda afirma que, durante todos esses anos, houve uma incapacidade israelense de aspirar à maximização de seus ganhos na relação especial, entendimento este que acaba em desconsiderar o caráter ativo e relevante dos interesses nacionais de Israel perante os de seu aliado.

Em contraponto, a parceria especial, pautada seja por afinidades democráticas ou estratégicas, é, segundo Kochavi, insuficientemente compreendida por estas razões, havendo necessidade de trazer um elemento adicional: a tática de Israel em apoiar políticas formuladas durante o Governo Nixon, tanto doméstica quanto internacionalmente, mudando a percepção do Presidente sobre como lidar com este parceiro. A partir desta perspectiva, Kochavi transcende os elementos elencados por Lewis, contesta o caráter inferior de Israel proposto por Ben-Zvi, e propõe identificar uma explicação mais crítica a partir da política externa de Israel.

Nesse sentido, Kochavi identifica que a consolidação da «relação especial» ocorre, de uma forma particular, no período 1969-1973, apontando o desenvolvimento de uma parceria quase íntima entre os formuladores da política externa dos Estados Unidos e de Israel. De acordo com o autor, a tática israelense, a partir de 1969, para se aproximar dos Estados Unidos, foi a de apoiar investidas específicas do Governo Nixon na política

internacional, aproveitando-se da sensibilidade norte-americana a certos temas¹⁰. Dessa forma, buscou-se promover um clima de conformidade e irmandade perante os líderes conservadores de ambos os países na época.

Outra explicação, apresentada por Bar-Simon-Tov, parte da concepção de que por um longo tempo as relações especiais entre Estados Unidos e Israel se caracterizaram por uma configuração padrão-cliente. Esse foi um processo gradativo de consolidação das relações especiais que partiu da inexistência de uma relação especial (1948 a 1960), perpassando pelo estabelecimento de uma relação regular padrão-cliente (1961 a 1967) e de uma relação especial padrão-cliente (1967 a 1973) até que de fato a relação especial tomou forma e se consubstanciou (1974 a 1996), quando os Estados Unidos passam a reconhecer a importância estratégica de Israel, considerando-o um genuíno aliado. Ainda que Bar-Simon-Tov localize o início, de fato, de uma relação especial na passagem de 1973 para 1974, período em que ocorre e se sucede a Yom Kippur, o conflito é pouco explicitado pelo autor.

Nesse sentido, a relação especial padrão-cliente é entendida pelo autor como o resultado de uma interação única entre *soft factors* e *hard factors*, ou seja, entre valores e ideais comuns com interesses políticos, estratégicos, ideológicos e de segurança. A despeito da convergência dos *soft factors* com os elementos da psiquê coletiva norte-americana detalhados por Lewis, Bar-Simon-Tov vai além, afirmando que os *soft factors* são, *per se*, insuficientes para explicar a singularidade dessa relação especial, de modo que é apenas quando os *hard factors* ganham predominância na tomada de decisão dos Estados Unidos perante Israel – em especial os fatores estratégicos e de segurança – que se dá a passagem de uma simples relação padrão-cliente, para uma relação especial padrão-cliente. Novamente, se o ponto de partida para o autor na identificação das relações especiais é justamente o aporte de *hard factors* que o vínculo com Israel traz à atuação dos Estados Unidos na região, a desconsideração de Yom Kippur como evento relevante nos parece uma ausência que necessita ser endereçada.

Além disso, Ben-Zvi não só discorre sobre os paradoxos que permeiam essa relação, mas também desenvolve um modelo analítico próprio para justificar a sua devida ênfase ao protagonismo dos Estados Unidos nela. Segundo o autor, a estratégia norte-americana de trocar apoio e lealdade por auxílios financeiros e militares com Israel é um paradoxo em que os fortes têm extremas dificuldades em traduzir seus recursos de poder em influência efetiva sobre os mais fracos. Assim, em seu modelo, os limites da diplomacia coercitiva dos Estados Unidos são compreendidos através da interação de dois paradigmas explicativos: o dos interesses nacionais norte-americanos, que ora vê Israel como um ativo estratégico relevante, ora como limitador; e o das relações especiais, pautado na visão doméstica dos Estados Unidos sobre Israel, composta por momentos altos e baixos no coletivo do país. A partir da interconexão destes dois paradigmas, conclui-se as condições para o uso da coerção sobre Israel pelos Estados Unidos.

Nesta explicação, vale então apontar como este modelo entende as relações especiais na década de 1970. Nesse período, Israel era bem visto na realidade doméstica norte-americana e considerado pelo Governo dos Estados Unidos como peça importante para seus interesses nacionais. Nestas condições, portanto, os paradigmas se inter-relacionam da melhor forma possível – não havendo incentivos para o uso da coerção sobre Israel – e ainda favorecem um cenário para o fortalecimento dos laços entre os dois países.

Contudo, críticas podem ser realizadas ao modelo dos dois paradigmas: em seu argumento, pouco é dito sobre o impacto da Guerra de Yom Kippur no andamento das relações especiais, uma vez que o autor confere maior ênfase às consequências das

políticas postas em prática a partir de 1975. Como o próprio autor argumenta, «embora o início da guerra tenha sido inesperado, a diplomacia norte-americana não pôde permanecer alheia às oportunidades que ela criou»¹¹. Ainda que não questionemos o encaminhamiento da parceria defendido pelo autor, salientamos a importância de se compreender os desafios impostos a esta relação especial no período de guerra, e, principalmente, apresentar que, mesmo não havendo incentivo para coerção, isto não significa a inexistência de atritos.

A Guerra de Yom Kippur é, portanto, compreendida de formas distintas a depender do autor que a analisa. Bar-Simon-Tov ressalta que a guerra enfraqueceu temporariamente a relação especial padrão-cliente, mas não explica o motivo da mesma ter se enfraquecido. Similarmente, enquanto Kochavi compreende o conflito como um bloco estático, usado apenas para justificar sua hipótese do jogo político nos anos anteriores, Ben-Zvi compreende o contexto de Yom Kippur de modo superficial, partindo de um contexto maior em que não havia incentivos para o uso da coerção pelos Estados Unidos sobre Israel. Dessa forma, podemos perceber que a literatura sobre as relações especiais ou passa ao largo do debate sobre Yom Kippur ou, quando menciona este evento, o faz de modo pouco aprofundado, perdendo a oportunidade de, à luz das vicissitudes do conflito, trazer os elementos de discordância e (re)negociação entre Estados Unidos e Israel para aprofundar as compreensões acerca da relação especial entre eles. É justamente com o objetivo de preencher essa lacuna que seguimos com a avaliação documental na próxima seção.

A NARRATIVA DA GUERRA

Grande parte da literatura até aqui apresentada sobre as relações especiais Estados Unidos-Israel no contexto dos anos 1970 não teve acesso, por força do momento em que foi produzida, aos documentos desclassificados pelo Governo norte-americano, em 2003. Os artigos que se utilizam deste aporte documental, no entanto, o fazem com objetivos distintos ao apresentado neste artigo¹². Com vista a argumentar que Yom

SALIENTAMOS A IMPORTÂNCIA
DE SE COMPREENDER OS DESAFIOS IMPOSTOS
A ESTA RELAÇÃO ESPECIAL NO PERÍODO
DE GUERRA [E] QUE, MESMO NÃO HAVENDO
INCENTIVO PARA COERÇÃO, ISTO NÃO SIGNIFICA
A INEXISTÊNCIA DE ATRITOS.

Kippur é um importante evento para evidenciar que as relações especiais não são irrisórias e que a interação entre Estados Unidos e Israel ao longo do conflito, pela necessidade do manejo das divergências, construiu balizas para um espaço de discordância possível e não prejudicial da relação especial entre as partes, buscamos construir uma linha argumentativa com base na análise dos documentos desclassificados pela National Security Archives (NSA), sob o título «The October War and U.S. Policy», a partir da identificação de três eixos centrais na dinâmica Estados Unidos-Israel frente ao conflito: a relação entre eles e o mundo árabe; a *détente* soviético-norte-americana; e as concessões e os limites impostos a Israel. A seleção destes três eixos se mostra fundamental pois, ainda que o nosso objetivo se concentre nas relações especiais, seria incompleto avaliá-las desconsiderando os demais atores diretamente envolvidos na guerra e como eles colocaram elementos facilitadores ou estressores nessa relação. Dessa

UMA DAS PRIMEIRAS PREOCUPAÇÕES DA DIPLOMACIA NORTE-AMERICANA FOI A REPERCUSSÃO QUE O CONFLITO PODERIA TER NO MERCADO MUNDIAL DE PETRÓLEO E COMO OS DEMAIS PAÍSES DO MUNDO ÁRABE PODERIAM REAGIR.

forma, tal divisão, ainda que didática em termos expositivos, não pretende segmentar o conflito e apresentar os eixos enquanto porções autônomas, mas sim faces de um todo que se convergem e se combinam.

A Guerra de Yom Kippur decorreu de uma ação militar contra Israel, coordenada por Síria e Egito, no feriado religioso judaico

de Yom Kippur, em 6 de outubro de 1973. Iniciadas as ofensivas militares, uma das primeiras preocupações da diplomacia norte-americana foi a repercussão que o conflito poderia ter no mercado mundial de petróleo e como os demais países do mundo árabe, sobretudo a Arábia Saudita, poderiam reagir. De imediato, Washington estabeleceu uma série de reuniões no âmbito do Washington Special Actions Group (WSAG)¹³ para discutir as questões relacionadas à guerra, incluindo um possível plano de contingências caso os países árabes iniciassem um embargo ao petróleo. Durante a primeira reunião¹⁴, na manhã do dia 6 de outubro de 1973, a Arábia Saudita, na figura do rei Faisal, foi considerada um dos principais países que poderia estabelecer um diálogo com os demais Estados árabes. Em reunião posterior do WSAG, em 14 de outubro, Kissinger, ao se referir às relações com os países árabes, afirmou que «até agora ninguém [os] ameaçou» e que «não quer[ia] desafiar os árabes a um teste de sua masculinidade»¹⁵.

Nesse sentido, é importante apontarmos que, ao decidir iniciar os *airlifts* a Israel, o Governo norte-americano vê como necessário o envio de uma carta, no dia 16 de outubro, ao rei Faisal, explicando a decisão dos Estados Unidos em ir em auxílio do Governo israelense. De acordo com Kissinger, «foi apenas após o esforço de reabastecimento da União Soviética ter chegado a proporções massivas que [os *airlifts*] começaram» e, de modo algum, a ajuda a Israel tinha o objetivo de ser «anti-árabe»¹⁶. Com esta carta, Kissinger tenta minimizar o impacto dos *airlifts* no mundo árabe em um

momento crucial do conflito, quando já havia sinalizações destes países para um possível embargo ao petróleo, o qual se concretizou no dia 20 de outubro. No entanto, apesar dessa sinalização, Kissinger justificou seu apoio aos *airlifts* argumentando que, além de não querer que Israel fosse visto como fraco, acreditava que prolongar o conflito seria interessante do ponto de vista estratégico e diplomático para colocar os árabes em uma situação em que eles tivessem que solicitar um cessar-fogo, e não os Estados Unidos ou Israel.

O componente da disputa entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), ainda que em um contexto de *détente*, é visível neste momento. De acordo com Nixon, em reunião do WSAG, em 17 de outubro de 1973, os Estados Unidos não podiam «deixar uma operação soviética ter sucesso contra uma operação dos Estados Unidos» e, se isso acontecesse, a «credibilidade [dos Estados Unidos] ficar[ia] abalada»¹⁷, já que «para termos influência precisamos trazer Israel para um acordo, precisamos ter a confiança deles»¹⁸. Com isso, Nixon vincula os *airlifts* a Israel não apenas à consecução das relações especiais entre ambos os países, mas também às diferenças entre Estados Unidos e URSS e como elas transbordavam para o conflito de Yom Kippur. Neste momento particular da guerra, em que os três eixos se inter cruzam, podemos salientar que apesar das relações especiais serem de fato importantes, as relações entre os Estados Unidos e o mundo árabe e o contexto da *détente* são elementos que os qualificavam e, por vezes, impunham limites. Nas palavras de Nixon, nesta mesma reunião, «nós não podemos oferecer muito a eles [Israel] a ponto de ficarem arrogantes, mas [também] não podemos ficar em uma posição em que Israel coloque pressão no Congresso para que façamos ainda mais [por eles]»¹⁹. Assim, continua Nixon, «nós temos que fazer o suficiente para termos uma posição de barganha de modo a trazer Israel, se debatendo e esperneando, para a mesa de negociações»²⁰. Destarte, o segundo eixo analítico – a *détente* soviético-norte-americana – torna-se protagônica na parcela final da guerra, não apenas como elementar na aprovação do cessar-fogo, mas também como instrumento que reverbera na postura dos Estados Unidos em relação a Israel.

Na manhã do dia 19 de outubro, Kissinger já tinha conhecimento de uma proposta de cessar-fogo por parte da URSS, e recebeu um convite de Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista, para visitar Moscou a fim acertar as negociações. Em um comunicado aos oficiais do Departamento de Estado, Kissinger ordenou a manutenção dos envios de armamentos para Israel durante sua ausência para que «[eles] não digam que ferramos com eles no momento de triunfo»²¹. Ainda assim, se nos reportarmos ao andamento das negociações entre Estados Unidos e Israel neste momento específico, fica explícita a preocupação dos Estados Unidos que as movimentações de Israel pudessem deixá-los menos dispostos a aceitarem um cessar-fogo, e mais propensos a se valerem da vantagem militar conquistada para angariar novos territórios e aniquilar o Third Army egípcio. Tal situação fez com que o Governo norte-americano continuasse enviando auxílios para Israel, porém com a ressalva de que não poderiam humilhar a URSS.

Entre os dias 20 e 22 de outubro, Kissinger realizou, enfim, uma visita diplomática a Moscou, deixando clara a postura de Washington favorável a apresentar um cessar-fogo ao Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Nos encontros, Brejnev e Kissinger acertaram ponto a ponto as sugestões para a resolução, ficando estabelecida a necessidade das potências em garantirem suas influências sobre seus Estados-Clientes, de modo que decidiram não negociar com as partes (Israel e Egito) antes do envio para o Conselho. Ao final do encontro, atingido o consenso, enviaram o rascunho de resolução ao CSNU, que não só o aprovou horas depois, como manteve a redação quase integralmente idêntica à acordada no Kremlin. Nesta questão, é relevante apontar que o documento subentende, após as hostilidades, que «as negociações devem começar entre as partes envolvidas sob apropriados amparos a fim de atingir a paz justa e duradoura no Oriente Médio»²², em outras palavras, sob mediação das potências norte-americana e soviética. Tal interpretação não somente consta no texto da resolução, mas também foi dita tanto por Brejnev quanto por Kissinger no decorrer das negociações no Kremlin. Ainda, a Resolução 338 declarava que todas as partes presentes no conflito deveriam encerrar todas as atividades militares imediatamente, ou, no mais tardar, doze horas após a adoção da resolução, mantendo-se nas posições que então ocupavam²³. Assim, conforme destacado por Herzog²⁴, o início do cessar-fogo se daria às 18:52 horas do dia 22 de outubro, mas a despeito de ter entrado em efeito, o mesmo foi violado.

Além disso, é importante destacar o desejo dos Estados Unidos de minar o máximo possível o poder da URSS no Oriente Médio. Para tal, o papel de Israel se fazia fulcral, pois o país, além de atuar como baluarte contra a influência soviética, também se inseria na lógica de *proxy strategy*²⁵ dos Estados Unidos na região. Assim, quando o cessar-fogo foi estabelecido e no plano tático a guerra era favorável aos israelenses, tal objetivo dos Estados Unidos parecia próximo de ser alcançado, como se pode perceber na fala de Kissinger ao embaixador chinês: «se [os líderes árabes] quiserem um progresso diplomático, eles terão que lidar conosco»²⁶. Destarte, Washington se engajava cada vez mais em assumir a liderança das negociações entre as partes, visando discutir bilateralmente com os árabes, em especial com o Egito, em grande parte devido à pressão internacional que se tinha nesta frente para, assim, poderem «determinar por [eles] mesmos o que [seria] feito»²⁷.

Contudo, a violação do cessar-fogo por parte das forças de Israel trouxe um novo empecilho na continuidade das negociações. Com a divulgação destas informações, Brejnev escreve uma carta a Nixon propondo o envio de uma força conjunta Estados Unidos-URSS para resolverem a situação na região. A carta relatava que caso os Estados Unidos achassem impossível agir em conjunto, eles tomariam as medidas apropriadas unilateralmente.

Assim, em reação às demandas e ameaças soviéticas, houve uma reunião no âmbito do WSAG, na passagem do dia 24 para 25 de outubro, para discutir as implicações da carta de Brejnev. A estratégia adotada foi a de elevar o nível de alerta dos Estados Unidos para DEFCON III e alertar as forças europeias e a 82.^a Divisão Aerotransportada²⁸.

Segundo Stein²⁹, a face óbvia da iniciativa norte-americana estaria na intenção de dissuadir os soviéticos a intervir na Guerra de Yom Kippur e de fortalecer a imagem dos Estados Unidos, na medida em que essa demonstração de força colocava por terra qualquer suspeita de um impasse no governo por causa dos problemas de Nixon com Watergate. Não obstante, de acordo com o autor, a principal finalidade norte-americana era enviar uma mensagem aos israelenses, pressionando-os a observarem a Resolução 338 e desencorajando-os a continuar violando o cessar-fogo, de modo a sinalizar que não tolerariam ações que pudessem colocar a paz mundial em risco. Portanto, em termos estratégicos, percebemos que o DEFCON III foi uma medida de dissuasão para realinhar a postura da URSS, e, ao mesmo tempo, consistiu numa tática coercitiva que, apoiada na repercussão internacional da possibilidade de um conflito nuclear, objetivava moderar as ações intransigentes do exército de Israel³⁰.

No que tange à perspectiva de Israel, a violação do cessar-fogo era um movimento com duas justificativas aparentes: assegurar sua superioridade bélica, pois, antes da interrupção, estavam próximos de avançar ainda mais sobre o território inimigo³¹,

e utilizá-la como elemento de barganha para atingir certa autonomia em sua segurança³². Apesar da necessidade de apaziguar os países do Oriente Médio e de contemporizar a URSS, mantendo a *détente*, percebemos ao longo dos documentos que existia uma relação de confiança entre os líderes de Israel e dos Estados Unidos naquele momento, principalmente em relação à liberdade de ação, como se pode perceber através da fala de Kissinger, em conversa com Golda Meir, *première* de Israel, no dia 22 de outubro, antes de retornar de sua viagem a Moscou: «não haveria protestos violentos de Washington se algo acontecer durante a noite [avanços de Israel], enquanto eu estiver voando»³³. Isso posto, é importante notarmos que todos os aspectos citados acerca dos dois primeiros eixos vão reverberar na relação especial entre Estados Unidos e Israel. Não obstante, os efeitos nessa relação especial são mais visíveis ao se analisar o momento em que os Estados Unidos tomam a frente nas negociações diplomáticas do conflito e, por conseguinte, impõem limites a Israel.

A partir deste ponto, é essencial entendermos o momento em que as hostilidades foram interrompidas e os elementos que causaram impasses nas negociações após o cessar-fogo. Nos últimos dias da guerra o exército de Israel tinha conseguido avançar sobre território egípcio e, no dia 23 de outubro, cortou as rotas de suprimentos ao atacar a retaguarda da divisão Third Army do Egito, isolando-a ao sul do Canal de Suez com cerca de 20 mil combatentes³⁴. Com a interrupção das hostilidades pelo CSNU, as negociações seguintes se pautaram principalmente no resgate do exército egípcio, carente de suprimentos, e nas condições propostas por Israel.

APESAR DA NECESSIDADE DE APAZIGUAR OS PAÍSES DO ORIENTE MÉDIO E DE CONTEMPORIZAR A URSS, MANTENDO A *DÉTENTE*, EXISTIA UMA RELAÇÃO DE CONFIANÇA ENTRE OS LÍDERES DE ISRAEL E DOS ESTADOS UNIDOS, PRINCIPALMENTE EM RELAÇÃO À LIBERDADE DE AÇÃO.

Durante as conversas entre Estados Unidos e Israel, nos dias 1 e 3 de novembro, foram discutidos os pontos nevrálgicos da solução do conflito, a saber: o retorno às linhas de 22 de outubro (data do cessar-fogo), bem como a questão territorial como um todo e a situação do Third Army. Nessas conversas, Washington buscou convencer Israel que se encontrava intransigente em algumas questões, em especial as linhas de 22 de outubro a fazer certas concessões, de modo a que fosse possível levar a Sadat uma proposta que avançasse nas negociações.

A primeira dessas conversas, no dia primeiro de novembro, foi realizada em Washington e contou com a presença de Golda Meir. Em suas palavras, «o que [Israel] não pode aceitar é ser informado de última hora, “Você precisa fazer isso. Faça a sua escolha”. Talvez Israel tenha que fazer o que o Egito quer. Porém temos que saber o que está sendo planejado entre as partes»³⁵. Em seguida, Kissinger, ao mencionar sua visita a Moscou, e a subsequente violação do cessar-fogo por Israel, apontou que não foi informado sobre o que Israel pretendia, de modo que ele não imaginava que doze ou vinte e quatro horas a mais pudessem ser decisivas e que, então, Israel havia «tom[ado] o Third Army após o cessar-fogo, o que não era esperado. [...] Se eu soubesse, teria feito coisas diferentes em Moscou, como adiar o envio da resolução»³⁶. Essa fala, para além de seus efeitos no diálogo, revela que houve uma quebra da relação de confiança que até então existia entre os Estados Unidos e Israel. A partir do momento em que Israel age sorrateiramente, sem avisar suas reais intenções, rompe com as expectativas norte-americanas sobre a sua conduta no conflito, produzindo um estremecimento das relações especiais.

No decorrer da conversa, cujo tom inamistoso é desde já perceptível, Kissinger responde aos comentários de Meir sobre as ações egípcias apontando que elas «não são relevantes para o problema básico, que tem duas partes: o cessar-fogo [...] [e] a estratégia de longo prazo»³⁷. Assim, visando avançar na negociação, Kissinger declara que há duas possibilidades, sendo a primeira delas teórica, para a situação: «você pode concordar em saber onde estava, invente uma linha, e se [os egípcios] concordarem, volte para ela. A segunda possibilidade é que você concorda em voltar e concorda em discutir onde [a linha] está. [Permanecendo] onde você está até que seja acordado»³⁸. No entanto, Meir não aceita nenhuma dessas possibilidades e defende que a melhor forma era separar as forças, como propunha Israel.

Kissinger, por sua vez, insiste na necessidade de Israel voltar às linhas de 22 de outubro, argumentando que «não há como os Estados Unidos apoiarem uma troca de exércitos como [proposto por Israel]» e que se eles insistissem nisso estariam «visivelmente separados»³⁹ dos Estados Unidos. Ele acrescenta, ainda, que Israel é «muito fácil de isolar»⁴⁰ e que se o país optar por «tomar a posição absolutista [que] tem tomado, será confrontado mais cedo ou mais tarde com uma imposição»⁴¹. Por fim, Kissinger destaca que «não é inconcebível que [Israel] seja forçado a voltar para a linha de 22 [de outubro], se não tiver[em] uma proteção, uma defesa diplomática»⁴². Em outra reunião dois dias

depois, em 3 de novembro, Kissinger diz a Meir e demais representantes israelenses que com «a recusa israelense de voltar às linhas de cessar-fogo ... o melhor que [Israel] obterá dos Estados Unidos é a abstenção»⁴³ caso houvesse um *airlift* patrocinado pelas Nações Unidas.

A partir desses diálogos, é possível percebermos que instaura-se um clima mais tenso, com palavras enfáticas entre as partes, cada qual defendendo com vigor seu posicionamento. Concomitantemente às conversas, os demais elementos que permeiam essa relação continuavam a atuar e a pressionar os Estados Unidos a chegarem em um consenso. Do contrário, poderia haver uma repercussão no mercado de petróleo que, por sua vez, desencadearia pressões por parte dos europeus, dos japoneses, da ONU e de burocracias internas nos Estados Unidos. Assim, ao final dessas três reuniões, Kissinger diz a Meir para «[pensar] no quê pode desistir»⁴⁴ e aponta que «[eu] não poderia [me] importar menos com a moralidade das linhas de 22 de outubro. Eu me preocupo com a realidade de começar algo»⁴⁵, deixando bem claro que os argumentos usados por Israel não lhe persuadiram e que seu foco era conseguir chegar em uma proposta plausível de maneira rápida.

Dito isso, na reunião do dia 3 de novembro, Meir inicia a conversa lendo os pontos que Israel concordava, dentre os quais se destacam: um sistema de reabastecimento não militar para o Third Army sob inspeção e supervisão conjunta das Nações Unidas e de Israel, além de discutir sobre as linhas de 22 de outubro pelos dois lados em um quadro de desengajamento e separação de forças. Em retribuição, Israel esperava uma troca de todos os prisioneiros de guerra israelenses feridos pelos feridos do Third Army e civis na cidade de Suez. Não obstante, Kissinger entende que os pontos apresentados por Meir não eram diferentes do que eles já haviam lhe apresentado anteriormente, apontando que eles estariam «diante de uma situação muito trágica. Você [Meir] não iniciou a guerra, mas enfrenta a necessidade de decisões sábias para proteger a sobrevivência de Israel»⁴⁶. Meir responde, segundo informa o Memorando da conversa, com a voz tremendo, que «você [Kissinger] está dizendo que não temos escolha. [...] Você está dizendo que temos que aceitar o julgamento dos Estados Unidos»⁴⁷. Kissinger ainda destaca, no decorrer da reunião, que a despeito de Israel ter ganhado a guerra taticamente, ela não foi vencida diplomaticamente, e que, «relembrando o que o Presidente disse: se o combate começar novamente, [Israel] não poderá contar com o reabastecimento da América»⁴⁸.

OS ESPAÇOS PARA A DISCORDÂNCIA
ENTRE ESTADOS UNIDOS E ISRAEL FORAM,
ATÉ CERTO PONTO, MALEÁVEIS E FLEXÍVEIS
SEM NO ENTANTO AMEAÇAREM
O *STATU QUO* DA RELAÇÃO.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, apesar de percebermos que Yom Kippur é usualmente desconhecido pela literatura enquanto evento crucial para a construção de confiança e

expectativas entre os dois países, a análise dos documentos oficiais nos aponta para uma avaliação diferente. Se, por um lado, a guerra é utilizada pela bibliografia de modo generalista – e talvez isto ocorra em virtude do espectro analítico e do recorte de cada autor – por outro, quando identificamos menções ao conflito, ele é tratado apenas como uma peça acentuadora seja para o robustecimento ou para a fragilização de tais relações sem que realmente sejam apresentadas justificativas para esta afirmação. Deste modo, o presente artigo teve como objetivo geral a proposta de analisar os documentos desclassificados da «Guerra de Outubro» com o intuito de apresentar Yom Kippur enquanto evento que marca, de modo fundamental, o debate de que as relações especiais estão longe de ser um processo homogêneo. Ainda, de modo específico e à luz dos documentos analisados, objetivamos também apresentar os elementos de negociação e discordância entre Israel e os Estados Unidos ao longo do conflito, como forma de qualificar estas relações especiais a partir de seus momentos críticos e de seus graus de dissonância.

Em uma camada analítica mais superficial, a avaliação documental nos mostra que, a partir da perspectiva norte-americana, as relações especiais precisavam a todo momento ser contrabalançadas pelos eixos das relações Estados Unidos-mundo árabe e Estados Unidos-URSS em um contexto de *détente*. Isso não significa afirmarmos que as relações com Israel eram menos importantes para os Estados Unidos do que as demais. Ao contrário, a despeito dos descompassos, das «imposições» feitas pelos Estados Unidos a Israel no pós-conflito e do aumento de tensões, as relações especiais possuem certo grau de resiliência que nos mostram, de modo claro, qual era o lastro possível e seguro para as discordâncias entre ambas as partes sem que isso se traduzisse na necessidade de revisitar e questionar as relações especiais. Diferentemente de Bar-Siman-Tov, o qual aponta que a guerra enfraqueceu temporariamente a relação, convergimos com Lewis na sua apreciação de Yom Kippur enquanto momento que ilustra um processo de consolidação e robustecimento das relações especiais.

De modo mais aprofundado, podemos afirmar que embora tenha ocorrido uma redução (ainda que temporária) na confiança dos Estados Unidos em relação a Israel quando estes violam o cessar-fogo e circundam o Third Army, sendo possível identificar uma elevação de tom entre eles durante as negociações para a implementação da Resolução 338 do CSNU, tais divergências não produziram um rompimento. Enquanto os Estados Unidos se abstêm de criticar publicamente Israel e sancioná-los pela violação, em respeito às relações especiais, é também por causa destas relações que Israel aceita o tom impositivo de Nixon e Kissinger. Assim, é justamente na depuração das animosidades e na lapidação de expectativas compartilhadas, sobretudo para eventos futuros, que o aprendizado entre as partes produz o aprofundamento das relações especiais. Nesse sentido, seja para compreender a tipologia apresentada por Bar-Siman-Tov, em que a relação especial patrão-cliente (1967 a 1973) se transforma em uma relação especial de fato (1974 a 1996), ou para entendermos o modelo de Ben-Zvi e seu foco no momento posterior à guerra, analisar a dinâmica Estados Unidos-Israel durante Yom Kippur é fundamental.

É por meio da ilustração de Yom Kippur que evidenciamos que os espaços para a discordância entre Estados Unidos e Israel foram, até certo ponto, maleáveis e flexíveis, sem no entanto ameaçarem o *statu quo* da relação. Apesar das «gotas de amargura»⁴⁹ entre os Estados Unidos e Israel, como dito por Moshe Dayan, ministro da Defesa israelense, ao Knesset, as escolhas feitas por cada uma das partes nos mostram, assim, o grau de resiliência da relação especial justo em um momento crítico em que os descompassos pareceram por vezes ser irreconciliáveis. Ainda, as considerações deste artigo ganham ainda mais fôlego quando consideramos a atualidade do debate sobre a atuação de Israel no seu entorno próximo e as reverberações nas relações com os Estados Unidos. Na medida em que os desdobramentos de Yom Kippur contribuem, ainda hoje, para um sentimento de ressentimento por parte de Israel com o resultado final no teatro de operações e as delimitações territoriais, ele se torna também um evento importante que reverbera na atual política externa de Israel.

Destarte, quando nos aprofundamos na dinâmica de Yom Kippur e percebemos que, em grande parte por força da imposição de Washington, Israel se viu compelido a ceder parcelas dos territórios então angariados a fim de atingir os acordos de paz, compreendemos que as raízes deste ressentimento não apenas se transfiguram para o contexto atual de políticas israelenses favoráveis à anexação de sítios vizinhos, como também podem apresentar desafios para as suas relações especiais com os Estados Unidos. **Re**

Data de recepção: 9 de setembro de 2020 | Data de aprovação: 25 de janeiro de 2021

Bárbara Motta Professora adjunta na Universidade Federal de Sergipe. Doutora em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Investigadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)

> Av. Marechal Rondon, s/n – Jardim Rosa Elze, São Cristóvão – SE, 49100-000, Brasil | barbaravmotta@hotmail.com

Bruno Taddeo de L. Campos Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

> Av. João Naves de Ávila, 2121 – Santa Mônica, Uberlândia – MG, 38408-100, Brasil | btl.campos@gmail.com

Débora L. Nascentes Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia

> Av. João Naves de Ávila, 2121 – Santa Mônica, Uberlândia – MG, 38408-100, Brasil | lemosdeborag7@gmail.com

NOTAS

- 1 BAR-SIMAN-TOV, Yaacov – «The United States and Israel since 1948: a special relationship?». In *Diplomatic History*. Nova York. Vol. 22, N.º 2, 1998, pp. 231-262.
- 2 *Ibidem*, p. 231. Todas as citações são traduções livres dos autores.
- 3 KOCHAVI, Noah – «Joining conservative brotherhood: Israel, President Nixon and the political consolidation of the special relationship 1969-73». In *Cold War History*. Jerusalém. Vol. 8, N.º 4, 2008, pp. 449-480.
- 4 BAR-SIMAN-TOV, Yaacov – «The United States and Israel since 1948...»; BEN-ZVI, Abraham – *The United States and Israel: Limits of the Special Relations*. Nova York: Columbia University Press, 1993.
- 5 MCALLISTAIR, M. – *Epic Encounters: Culture, Media and U.S. Interests in the Middle East*. Berkeley: University of California Press, 2001; LEWIS, Samuel W. – «The United States and Israel: evolution of an unwritten alliance». In *Middle East Journal*. Washington, DC. Vol. 53, N.º 3, 1999, pp. 364-378. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4329351?seq=1>; BENSON, M. Harry S. – *Truman and the Founding of Israel*. Westport, CT: Praeger, 1997.
- 6 MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. – *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. 1.ª edição. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.
- 7 LEWIS, Samuel W. – «The United States and Israel...».
- 8 BEN-ZVI, Abraham – *The United States and Israel...*
- 9 *Ibidem*, p. 84.
- 10 São três temas listados: (i) o diálogo com a URSS, no qual Israel passa a transmitir aos Estados Unidos qualquer informação sobre seu inimigo; (ii) a mudança de posicionamento do Governo de Israel sobre a Guerra do Vietnã com Golda Meir declarando apoio às iniciativas de Nixon no conflito; (iii) e os indícios de uma intervenção israelense a favor de Nixon na eleição dos Estados Unidos de 1972, intervenção esta que teria contado com posicionamentos explícitos e conselhos pessoais do embaixador israelense em Washington.
- 11 BEN-ZVI, Abraham – *The United States and Israel...*, p. 85.
- 12 Para uma abordagem geral sobre as dinâmicas entre Estados Unidos e URSS durante Yom Kippur ver CICERONE, Adriano – «Yom Kippur 1973: la guerra che scalfi la distensione». In *Rivista semestrale di Storia e Politica Internazionali*. Salento. Vol. 4, N.º 1, 2015, pp. 237-264. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/eunomia/article/view/15141>. Para uma abordagem a respeito das comunidades de inteligência britânica e norte-americana sobre o conflito, ver REZK, Dina – «Re-evaluating the Yom Kippur "Intelligence Failure": the cultural lens in crisis». In *The International History Review*. Vol. 39, N.º 3, 2016, pp. 470-495. Para uma avaliação sobre as razões que levaram Nixon a pressionar Israel a não destruir o Third Army, ver WINOKUR, Talia – «The Soviets were just an excuse: why Israel did not destroy the Egyptian Third Army». In *Cold War History*. Londres. Vol. 9, N.º 1, 2009, pp. 59-78.
- 13 O WSAG era formado por representantes do Departamento de Defesa, Estado, Estado-Maior Conjunto dos Estados Unidos (JCS), Agência Central de Inteligência (CIA) e do National Security Council Staff (NSC Staff).
- 14 ESTADOS UNIDOSa – «103. Minutes of Washington Special Actions Group Meeting». Washington. 6 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://52.200.115.76/historicaldocuments/frus1969-76v25/d103>.
- 15 ESTADOS UNIDOSb – «Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXXVI, Energy Crisis, 1969-1974». Washington. 14 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v36/d2143>.
- 16 NSA – «The October War and U.S. Policy». 7 de outubro de 2003. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB98>. Doc. 29a, p. 2.
- 17 *Ibidem*. Doc. 36b, p. 2.
- 18 *Ibidem*.
- 19 *Ibidem*.
- 20 *Ibidem*.
- 21 *Ibidem*. Doc. 40, p. 2.
- 22 UNSCR – Resolution 338. 22 de outubro de 1973. Consultado em: 20 de julho de 2020. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/338>, p. 1.
- 23 *Ibidem*.
- 24 HERZOG, Chaim – *A Guerra do Yom Kippur*. Tradução de Julio Gálvez. 1.ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.
- 25 RUBIN, Barry – «US policy, January-October 1973». In *Journal of Palestine Studies*. Washington, DC. Vol. 3, N.º 2, 1974, pp. 98-113.
- 26 NSA – «The October War and U.S. Policy». Doc. 72, p. 5.
- 27 *Ibidem*. Doc. 72, pp. 5-6.
- 28 ESTADOS UNIDOSd – «269. Memorandum for the Record». Washington. 24-25 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d269>.
- 29 STEIN, Kenneth W. – *Heroic Diplomacy: Sadat, Kissinger, Carter, Begin, and the Quest for Arab-Israeli Peace*. Nova York: Routledge, 1999.
- 30 NSA – «The October War and U.S. Policy». Doc. 61a, p. 2.
- 31 RODMAN, David – «The United States, Israel, and the Yom Kippur War». In *Midstream a monthly Jewish review*. Vol. 47, N.º 6, 2001.
- 32 WINOKUR, Talia – «The Soviets were just an excuse'...». p. 67.
- 33 *Ibidem*. Doc. 54, p. 6.
- 34 *Ibidem*.
- 35 *Ibidem*. Doc. 91a, p. 2.
- 36 *Ibidem*, p. 4.
- 37 *Ibidem*, p. 6.
- 38 *Ibidem*, p. 9.
- 39 *Ibidem*.
- 40 *Ibidem*, p. 12.
- 41 *Ibidem*, p. 20.
- 42 *Ibidem*, p. 23.
- 43 *Ibidem*. Doc. 93b, p. 16.
- 44 *Ibidem*. Doc. 93a, p. 10.
- 45 *Ibidem*, p. 14.
- 46 *Ibidem*. Doc. 93b, p. 7.
- 47 *Ibidem*, p. 7.
- 48 *Ibidem*, p. 18.
- 49 *Apud* RUBIN, Barry – «US Policy, January-October 1973», p. 10.

BIBLIOGRAFIA

BAR-SIMAN-TOV, Yaacov – «The United States and Israel since 1948: a special relationship?». In *Diplomatic History*. Nova York. Vol. 22, N.º 2, 1998, pp. 231-262.

BENSON, M. Harry S. – *Truman and the Founding of Israel*. Westport, CT: Praeger, 1997.

BEN-ZVI, Abraham – *The United States and Israel: Limits of the Special Relations*. Nova York: Columbia University Press, 1993.

BOHN, Michael K. – *Nerve Center: Inside the White House Situation Room*. 1.ª edição. Washington: Potomac Books, 2003.

CICERONE, Adriano – «Yom Kippur 1973: la guerra che scalfì la distensione». In *Rivista semestrale di Storia e Politica Internazionale*. Salento. Vol. 4, N.º 1, 2015, pp. 237-264. Disponível em: <http://siba-ese.unisalento.it/index.php/eunomia/article/view/15141>.

HERZOG, Chaim – *A Guerra do Yom Kippur*. Tradução de Julio Gálvez. 1.ª edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

HOFFMANN, Stankey – *Gulliver's Troubles, or the Setting of American Foreign Policy*. Nova York: McGraw-Hill, 1968.

KOCHAVI, Noah – «Joining conservative brotherhood: Israel, President Nixon and the political consolidation of the special relationship 1969-73». In *Cold War History*. Jerusalém. Vol. 8, N.º 4, 2008, pp. 449-480.

LEWIS, Samuel W. – «The United States and Israel: evolution of an unwritten alliance». In *Middle East Journal*. Washington, DC. Vol. 53, N.º 3, 1999, pp. 364-378. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4329351?seq=1>.

MCALLISTAIR, M. – *Epic Encounters: Culture, Media and U.S. Interests in the Middle East*. Berkeley: University of California Press, 2001.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. – *The Israel Lobby and U.S. Foreign Policy*. 1.ª edição. Nova York: Farrar, Straus and Giroux, 2007.

QUANDT, William B. – *Peace Process: American Diplomacy and the Arab-Israeli Conflict since 1967*. 3.ª edição. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2005.

REZK, Dina – «Re-evaluating the Yom Kippur "Intelligence Failure": the cultural lens in crisis». In *The International History Review*. Vol. 39, N.º 3, 2016, pp. 470-495.

RODMAN, David – «The United States, Israel, and the Yom Kippur War». In *Midstream a monthly Jewish review*. Vol. 47, N.º 6, 2001.

RUBIN, Barry – «US policy, January-October 1973». In *Journal of Palestine Studies*. Washington, DC. Vol. 3, N.º 2, 1974, pp. 98-113.

STEIN, Kenneth W. – *Heroic Diplomacy: Sadat, Kissinger, Carter, Begin, and the Quest for Arab-Israeli Peace*. Nova York: Routledge, 1999.

VANETIK, Boaz; SHALON, Zaki – «The White House Middle East policy in 1973 as a catalyst for the outbreak of the Yom Kippur War». In *Israel Studies*. Beer-Sheva. Vol. 16, N.º 1, 2011, pp. 53-78.

WINOKUR, Talia – «The Soviets were just an excuse: why Israel did not destroy the Egyptian Third Army». In *Cold War History*. Londres. Vol. 9, N.º 1, 2009, pp. 59-78.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ESTADOS UNIDOSa – «103. Minutes of Washington Special Actions Group Meeting». Washington. 6 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://52.200.115.76/historicaldocuments/frus1969-76v25/d103>.

ESTADOS UNIDOSb – «Foreign Relations of the United States, 1969-1976, Volume XXXVI, Energy Crisis, 1969-1974». Washington. 14 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v36/d2143>.

ESTADOS UNIDOSc – «215. Minutes of Washington Special Actions Group Meeting». Washington. 15 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v36/d215>.

ESTADOS UNIDOSd – «269. Memorandum for the Record». Washington. 24-25 de outubro de 1973. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v25/d269>.

NSA – «The October War and U.S. Policy». 7 de outubro de 2003. Consultado em: 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB98>.

UNSCR – Resolution 338. 22 de outubro de 1973. Consultado em: 20 de julho de 2020. Disponível em: <http://unscr.com/en/resolutions/doc/338>.